

# OFICINAS DE MUHIPITI

planeamento estratégico  
património  
desenvolvimento

organização:  
Walter Rossa  
Nuno Lopes  
Nuno Simão Gonçalves



# ILHA DE MOÇAMBIQUE: GERIR O QUÊ E COMO?

*Uma leitura do Património  
Histórico, Cultural e Edificado*

Jens Hougaard

## 1. INTRODUÇÃO

A pequena ilha, uma barreira de coral levantada do mar numa escala de tempo geológico de milhões de anos, tornou-se o palco de uma história dramática numa outra escala temporal: o da história humana. Protege a Baía de Mossuril do mar bravo e, a partir dela, pode-se controlar a entrada para o ancoradouro na baía. Desde tempos pré-históricos, o protegido ancoradouro, com fácil acesso a água doce e provisão na península de Mossuril, determinou o desenvolvimento da Ilha como um entreposto no comércio triangular da monção entre a Arábia, a Índia e a África Oriental.

Com a entrada dos Portugueses no Índico, em 1498, a Ilha tornou-se uma paragem obrigatória na rota para a Índia e além. A Baía de Mossuril foi palco de batalhas e a Ilha a central de comando.



## INTERESSE EMERGENTE PELO PATRIMÓNIO HISTÓRICO



A partir do final do século XIX, a Ilha perdeu gradualmente a sua relevância como entreposto comercial. A capital do território foi transferida para Lourenço Marques, agora Maputo, em 1898. Numa tentativa de manter a sua importância, a Ilha sofreu uma reformulação urbana de modernização, incluindo a construção de um novo e grandioso hospital paralelo à reconstrução dos edifícios monumentais coloniais e a transformação de terrenos militares em parques públicos. A característica urbana mais significativa deste período foi a divisão da Ilha em duas áreas urbanas distintas. Um regulamento urbano da altura determinou que as *casas de macuti* (material tradicional de cobertura das palhotas, em forma de esteiras de folhas de coqueiro atadas num pau de mangal) podiam apenas ser construídas na parte sul da ilha, definida por uma linha imediatamente a sul do majestoso hospital. Este pequeno território ficou assim dividido em duas áreas urbanas com duas culturas distintas: a *cidade colonial* (hoje conhecida como *cidade de pedra e cal*), com uma população de expressão portuguesa e, na sua maioria, de confissão católica, e os *bairros indígenas* (hoje conhecida como *cidade de macuti*), com uma população nativa de expressão emakhuwa e de confissão muçulmana.

Assim, a Ilha tinha já a estrutura urbana e as características arquitetónicas que se mantêm, em grande parte, até hoje. Paralelo à segregação urbana, a população muçulmana começou a aderir a confrarias religiosas sob influência do Zanzibar. Uma nova grande mesquita foi construída na margem dos bairros indígenas.

## O LUSO-AFRICANISMO

Numa altura em que a descolonização estava na agenda internacional, Portugal vinculou-se ainda mais às suas colónias. Em fevereiro de 1943, foi constituída a Comissão de Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique [CMRHM], à qual cumpria investigar, classificar, restaurar e conservar os *monumentos e relíquias da colónia*. Em 1951, o território da colónia, outrora concessionado à administração de diferentes companhias, tornou-se numa única Província de Moçambique, como parte integrada de Portugal.

A teoria luso-tropicalista defendia a mestiçagem de culturas sob o domínio cultural português e foi convenientemente adotada pelo regime português em resposta às emergentes reivindicações de independência das colónias. “Neste contexto, a Ilha de Moçambique representava [...] o paradigma da visão etnocêntrica dessa construção ideológica” (Leite, 2010).

A segregação étnica da população acalmou durante a última década antes da independência e a Ilha encarou um período curto de revivência como um *paraíso tropical turístico*, com novos hotéis, piscinas e campos desportivos. Em 1967, foi construída a ponte que liga a Ilha ao continente, permitindo a entrada de veículos. Os habitantes mais velhos da cidade ainda relembram este período como “os bons velhos tempos”.

Todos os períodos pré-independentes deixaram camadas e vestígios no meio urbano e na memória dos habitantes que são agora alvo de diferentes interpretações.





## A PROCURA DE UMA NOVA INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO

Depois da independência, teve que se encontrar uma nova interpretação do património histórico num contexto nacional. Focava-se o património intangível para “prosseguir o caminho aberto pelo processo da luta armada de libertação nacional de resgatar e afirmar como cultura, todas aquelas manifestações que, de forma depreciativa, o colonialismo arrumara sob a categoria de folclore” (Luís Bernardo Honwana, no *Jornal Savana*).

Com a nacionalização do imobiliário, em 1976, e o conseqüente êxodo da população da cidade colonial, a conservação e o usufruto do património imobiliário da cidade passaram a ser, mais do que uma negociação entre parceiros locais, um assunto político nacional, com o património histórico da Ilha a mostrar-se um tema complexo a integrar na agenda política cultural nacional. Enquanto o luso-tropicalismo ia sendo contestado, persistia uma admiração pelo património edificado da Ilha, que alinhava com o pensamento luso-tropical. O turismo foi uma resposta herdada em relação aos usos do património, repercutindo-se nas danças e canções tradicionais da Ilha, consideradas exóticas pelos moçambicanos do sul do país.



O Ministério de Educação e Cultura criou, em 1977, o Serviço Nacional de Museus e Antiguidades [SNMA] para investigar, divulgar e conservar o património cultural nacional. A brigada de restauro da Ilha deu continuação ao trabalho de manutenção de monumentos já classificados da Ilha. Em 1980, a brigada foi completada por um gabinete de restauro que iniciou estudos históricos urbanos na procura de uma nova interpretação do ambiente urbano.

O gabinete ficou inoperativo em 1985 devido à guerra que assolou o país até 1992. Os resultados das investigações realizadas foram publicados no mesmo ano, num relatório, o chamado *Livro Azul*, que constituiu a base para a candidatura da inscrição da Ilha na Lista do Património Mundial da UNESCO.

## ILHA DE MOÇAMBIQUE – PATRIMÓNIO MUNDIAL

A Ilha de Moçambique foi inscrita na Lista do Património Mundial da UNESCO em dezembro de 1991 por recomendação do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios [ICOMOS] com base nos critérios IV e VI do Guia Operacional da UNESCO de 1988, a saber:

**Critério IV:** A cidade e as fortificações na Ilha de Moçambique, e a pequena Ilha de S. Lourenço, é um exemplo excecional duma arquitetura em qual as tradições locais, a influência portuguesa e, um tanto menos, influências indianas e árabes estão entrançadas.

**Critério VI:** A Ilha de Moçambique mantém-se como testemunha importante do estabelecimento e desenvolvimento das rotas marítimas entre a Europa ocidental e o subcontinente indiano, a assim a toda a Ásia.

A inscrição ocorreu numa situação de guerra que tinha transformado a Ilha num autêntico campo de deslocados, com um crescimento da população de aproximadamente 7.000 para 17.000 pessoas, grande parte delas alojadas em condições precárias na abandonada *cidade de pedra e cal*.

## A GESTÃO DO PATRIMÓNIO MUNDIAL

Em 1992, menos de um ano depois da inscrição da Ilha na lista da UNESCO, foi assinado o Acordo de Paz entre as partes beligerantes. A consequente mudança política para uma economia do mercado e a alienação do imobiliário do Estado, complicou a situação. A Ilha enfrentou um período caracterizado pela degradação contínua e pilhagem do património edificado pela população empobrecida, em simultâneo com uma especulação imobiliária baseada na expectativa do desenvolvimento turístico. Se a Ilha antes era um barco encalhado, agora era um barco sem leme num mar bravo.

Com a introdução de autarquias, em 1997, a eleição de um novo Conselho Municipal [CMCIM] veio assumir a responsabilidade de gestão das zonas urbanizadas. Preocupada com a situação, a UNESCO elaborou, em 1999, um *Programa de Desenvolvimento Humano Sustentável e Conservação Integral da Ilha de Moçambique*.

Importará referir que a diferenciação entre a gestão urbana e a gestão do património edificado, sob tutelas diferentes, foi sempre um obstáculo para uma abordagem holística. Um plano integrado não teria viabilidade sem um financiamento externo expressivo.

## O PLANO DE AÇÃO

A contínua degradação levou a uma *monitorização proativa* da UNESCO, procurando evitar a inclusão da Ilha na Lista de Património Mundial em Perigo. Em 2006, o Ministério da Educação e Cultura elaborou, finalmente, o *Plano de Ação para a Gestão do Património Mundial da Ilha de Moçambique, 2007-2011*. Como consequência, foram realizadas ações ao nível legislativo e institucional: 2007, criação do Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique [GACIM], sob a tutela do Ministério da Educação e Cultura; 2009, elaboração do *Plano de Desenvolvimento Integrado da Ilha de Moçambique*; 2010, elaboração do *Plano de Gestão e Conservação 2010-2014*, nesta data em processo de revisão.

A criação do GACIM e a contínua monitorização da UNESCO reiteraram a conservação do património edificado como um assunto a levar a sério na gestão urbana da Ilha.

A articulação entre o GACIM e o Conselho Municipal nunca foi fácil, mas, apesar das dificuldades de coordenação, a Assembleia Municipal da Ilha de Moçambique aprovou, em 2010, o *Código de Posturas Municipais* (Resolução n.º 22/AMCIM/2010) com posturas específicas sobre a conservação e restauro do património edificado (capítulo VII, arts. 102-112).

O Ministério da Cultura contou, durante anos, com o apoio da Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico da Universidade Eduardo Mondlane [FAPF-UEM], na apreciação de maiores projetos de reabilitação e, finalmente, na elaboração do *Regulamento de Proteção do Património Edificado da Ilha de Moçambique*, recentemente aprovado pelo Conselho de Ministros.

Continua, contudo, a faltar uma assistência profissional à gestão diária do património no terreno. A criação do Centro de Estudos e Documentação da Ilha de Moçambique [CEDIM] sob a tutela da Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico da UniLúrio [FAPF-UL] (deliberação n.º 08/CUN/2011) tinha como um dos objetivos enfrentar esta lacuna. Alguns resultados foram alcançados: em 2014 foi elaborado o *Diagnóstico para um Plano de Pormenor da Ilha de Moçambique Insular*, numa colaboração entre o CMCIM e a FAPF-UL; um dos temas de tese de licenciatura da FAPF/UniLúrio do ano 2016 foi *reordenamento e requalificação das zonas urbanas da entrada e da saída da ponte que liga a Ilha de Moçambique ao continente*, sob a forma de um plano de pormenor para estas áreas de transição entre o que é património mundial e o seu subúrbio.



## SITUAÇÃO ATUAL

Durante os últimos anos, a zona insular do município da Ilha tem visto uma melhoria de infraestruturas e da paisagem urbanas, incluindo a reabilitação de alguns edifícios para fins turísticos. Porém, no processo de requalificação de edifícios para novas funções, alguns perderam a sua autenticidade, fruto de reconstruções e remodelações que alteraram por completo a expressão do edifício. Por outro lado, continua a degradação de muitos edifícios de maior envergadura, sobretudo os que estão à guarda de instituições do Estado.



A arborização urbana também tem sofrido uma deterioração devido à falta de poda das árvores de rua e ao excessivo corte das árvores indígenas centenárias, em conjunto com a introdução de espécies alheias ao contexto natural e tradicional.

A juntar a tudo isto, esta zona insular já não constitui uma cidade em si, mas antes a *antiga baixa* de um município, cuja maior área de desenvolvimento se estende à parte continental.

O município atingiu uma população de quase 50.000 pessoas, das quais a maioria vive em subúrbios desorganizados na parte continental, onde também se desenrola a maior parte das atividades económicas. A preservação do património deve ser vista neste contexto.

A situação da Ilha continua preocupante. Não existe uma gestão urbana coerente que inclua tanto o planeamento urbano como a conservação do património histórico. Por que é que continua assim?

1. Uma razão estará na prática de gestão urbana que, na realidade local, vê as leis e regulamentos serem ultrapassados pelos interesses, práticas e costumes locais;
2. Outra razão poderá ser o facto de as ferramentas de gestão do património edificado não estarem estabelecidas ao nível do município: o cadastro municipal continua inexistente e o registo de propriedades não atualizado, sendo o último um resultado da alienação do imobiliário em parcelas autónomas de edifícios sem o devido processo legal completado;
3. Uma terceira razão será a incapacidade técnica, ao nível local, para fiscalizar obras de restauro, de modo a que a reabilitação de edifícios fique ao critério dos investidores;
4. Finalmente, parece claro o desconhecimento e falta de apreciação do valor do conjunto de elementos urbanos e arquitetónicos que concorrem para o *valor excepcional universal* da Ilha.

Os valores universais excecionais indicados na inscrição da Ilha na Lista da UNESCO foram formulados numa forma genérica. Na gestão do dia a dia falta identificar as características específicas e os elementos concretos que concorrem para os valores histórico, cultural, social e económico da Ilha e do seu ambiente envolvente.

É neste cenário que a participação da jovem Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico da Universidade Lúrio se inscreve [FAPF-UL].





## **O OFICINAS DE MUHIPITI**

O *Oficinas* constituiu um passo importante no processo de capacitação da FAPF-UL para cumprir com o seu papel de parceiro profissional na gestão urbana da Ilha. No quadro de cooperação entre as universidades Lúrio e de Coimbra, foram oferecidas a oportunidade de “refletir sobre um modelo de desenvolvimento que permita a salvaguarda integrada e sustentável dos diversos patrimónios da Ilha e também, e essencialmente, uma melhoria das condições de vida da sua população” (Rossa e Alcolete, 2017).

Mas a cooperação entre as duas universidades também deve ser vista num contexto mais amplo. Há um crescente interesse pela Ilha por parte de instituições científicas e educacionais internacionais, que se materializa em pesquisas temáticas por elas desencadeadas. Os temas de destaque nos últimos anos têm sido: o comércio de escravos; arqueologia marinha; história e cultura Suaíli; diáspora emakhuwa; meio ambiente marinho, entre outras. Alguns parceiros recentes nestas investigações são: NIREMA/PUC-Rio, Brasil; Smithsonian National Museum of African American History & Culture, EUA; Universidade de Roskilde, Dinamarca; Universidade de Witwatersrand, Joanesburgo, África do Sul; Universidade de Washington, Seattle, EUA; Instituto Chr. Michelsen e a Universidade de Bergen, Noruega; Departamento de Assuntos Culturais do Oceano Índico e a Secção da Escola Nacional de Arquitetura de Montpellier, França. Uma colaboração entre os parceiros científicos seria desejável.

## ALGUMAS RECOMENDAÇÕES

A minha palestra no *Oficinas* foi uma tentativa de catalogar os elementos e características da Ilha que suportam o *valor excepcional universal*, e de avaliar as respostas dadas em termos de políticas, regulamentos e gestão concreta.

A catalogação não pretendia dar resposta objetiva a cada situação. Foi apenas uma chamada de atenção à enorme quantidade de pormenores que, em conjunto, constituem o património da Ilha, mas que muitas vezes são eliminados ou adulterados por ignorância.

Esta catalogação não ficou completa, limitando-se a alguns exemplos que sirvam como inspiração para o trabalho contínuo de identificação, publicação e gestão das qualidades do ambiente urbano da Ilha.

As disciplinas consideradas no catálogo foram:

1. Formação Geológica e Topográfica
2. Flora e Fauna
3. História
4. Cultura, Vida Social e Económica
5. Política, Regulamentação e Prática da Gestão Urbana e Patrimonial

A classificação usada no catálogo foi:

- a. Camadas (cronologias, hierarquias e estratos);
- b. Vestígios (reliquias, sinais e indicadores);
- c. Memórias (documentação, lembrança, tradição oral e conhecimentos tradicionais);
- d. Interpretações (sentimentos, opiniões e interesses).





## 1. Formação Geológica e Topográfica

- a. Camadas: a História da Terra está escrita nas rochas. É necessário identificar a cronologia das formações primárias e secundárias e a topografia resultante de atividades humanas em diferentes períodos;
- b. Vestígios: formações resultantes do desenvolvimento geológico e das intervenções do Homem nas costas, nas pedreiras na ponta da Ilha e nas ruas terraplenadas;
- c. Memórias: escondidas nos vestígios físicos, nas lendas, na toponímia tradicional e reveladas em estudos científicos;
- d. Interpretações: são dirigidas por interesses científicos, estéticos, comerciais ou de culto.

## 2. Flora e Fauna



- a. Camadas: espécies bravas e cultivadas (proveitosas, decorativas ou daninhas);
- b. Vestígios: que existem ou existiram na Ilha;
- c. Memórias: conhecimento da origem, do uso tradicional e do tratamento adequado;
- d. Interpretações: interesse de proveito, simbólico, estético e comercial.



### 3. História

- a. Camadas: desenvolvimento histórico urbano por fases históricas;
- b. Vestígios: estrutura urbana e características arquitetônicas; memoriais, cemitérios, fragmentos arqueológicos, documentos e narrações;
- c. Memórias: guardadas de diferentes modos (memória pessoal ou transmitida pelos mais velhos, guardada em documentos ou escondida em vestígios);
- d. Interpretações: muitas interpretações disputam a importância histórica da cidade (símbolo nacional; centro religioso; sítio de recreio e de oportunidades comerciais (turismo); testemunho da cultura swahili, das influências culturais portuguesa e indiana, da mestiçagem de culturas e do comércio de escravos).



### 4. Cultura, Vida Social e Económica

- a. Camadas: a Ilha mantém uma diversidade cultural que partilha o mesmo espaço. Está estratificada em grupos e camadas culturais, sociais e económicas entrelaçadas numa complexa simbiose;



## ***POST SCRIPTUM***

O Património Histórico e Cultural da Ilha de Moçambique está em declínio, não só pela subida do mar, mas sobretudo pela ação do homem. Será tarde. É minha esperança que o trabalho iniciado no *Oficinas* continue em prol duma formação profissional de jovens moçambicanos para que saibam interpretar, valorizar e conservar as camadas, os vestígios e as memórias da história e cultura da Ilha.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Conselho Municipal da Cidade da Ilha de Moçambique (2010), Código de Posturas Municipais (Resolução n.º 22/AMCIM/2010).
- Decreto n.º 28/2006 de 13 de julho (cria o Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique e aprova o respetivo Estatuto Orgânico).
- Decreto n.º 54/2016, de 28 de novembro (aprova o Regulamento sobre a Classificação e Gestão do Património Edificado e Paisagístico da Ilha de Moçambique. Boletim da República n.º 142 (I)).
- LEITE, Pedro Pereira (2010), *Casa Muss-amb-ike: O Compromisso no Processo Museológico*. Dissertação de doutoramento em museologia, apresentada à Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologias.
- Ministério da Educação e Cultura/ Direcção Nacional de Património Cultural (2006), *Plano de Ação para a Gestão do Património Mundial da Ilha de Moçambique, 2007-2011*. Maputo: Ministério da Educação e Cultura e DNPC.
- ROSSA, Walter; ALCOLETE Isequiel (coords.) (2017), *Oficinas de Muhipiti: planeamento estratégico, património, desenvolvimento*, relatório pós-evento. Ilha de Moçambique: universidades Lúrio e de Coimbra.
- Secretaria de Estado da Cultura de Moçambique; Arkitektskolen i Århus, Danmark (1986), *Ilha de Moçambique, relatório – Report 1982-85*. Moçambique e Dinamarca: Secretaria de Estado da Cultura e Arkitektskolen i Århus.
- UNESCO (1988), *Operational guidelines for the implementation of the World Heritage Convention*. Paris: UNESCO World Heritage Centre.
- UNESCO (1999), *Programa de Desenvolvimento Humano Sustentável e Conservação Integral da Ilha de Moçambique*. Paris: UNESCO World Heritage Centre.
- Universidade Lúrio (2010), *Plano Estratégico 2010-2014*. Nampula: Gabinete de Planificação da Unilúrio.